

Organização de emergência nas instituições públicas na Província de Nampula, Moçambique

Emergency organization of public institutions in Nampula Province, Mozambique

Organización de emergencia de instituciones públicas en la provincia de Nampula, Mozambique

Recebido: 23/01/2022 | Revisado: 27/01/2022 | Aceito: 06/02/2022 | Publicado: 09/03/2022

Baptista Orlando Jorge Júlio

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2473-7819>
Direcção Provincial da Cultura e Turismo-Nampula, Moçambique
E-mail: abaptistajulio@gmail.com

Hilário Fernando Afonso Mucuto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9090-4289>
Universidade Rovuma, Moçambique
E-mail: hilariomucuto@gmail.com

Calisto Manuel Máquina

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6749-3482>
Universidade Zambeze, Moçambique
E-mail: calisto.calmaquina.maquina@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tinha como objectivo geral analisar as medidas de organização de emergência face aos incêndios que possam vir ocorrer nas Instituições Públicas - Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Nampula, em Moçambique. Os objectivos específicos foram: Identificar as medidas de gerenciamento de emergência face aos incêndios; Descrever os procedimentos básicos no gerenciamento de emergência face aos incêndios na Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Nampula, em Moçambique; Descrever o Impacto do gerenciamento de Emergência face aos incêndios na Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Nampula; Propor medidas sugestivas para o melhoramento do gerenciamento de emergência face aos incêndios. Os procedimentos metodológicos deste trabalho basearam-se nos seguintes tipos de pesquisa: qualitativa, quantitativa, descritiva, bibliográfica e estudo de caso. Os dados foram coletados recorrendo a entrevista e questionário que se auxiliaram da técnica observacional. O estudo apurou que o nível de organização de emergência face aos incêndios nas instituições públicas, é razoável, pois nota-se dentro delas aspectos positivos, como é o caso da existência extintores de incêndios, arejamento dos gabinetes e, também aspectos negativos como falta de conhecimentos sobre a gestão de emergência por parte dos gestores; falta de acompanhamento e monitoria dos prazos estabelecidos nos aparelhos de extinção de fogos; insuficiência de saídas de emergência; falta de sinalização de saídas de emergências; falta de alarme de evacuação; falta de conhecimentos básicos sobre o uso dos equipamentos de emergência por parte dos funcionários da mesma instituição.

Palavras-chave: Emergência; Incêndios; Organizações públicas.

Abstract

The present work had as general objective to analyze the emergency organization measures in the face of fires that may occur in Public Institutions - Provincial Directorate of Culture and Tourism of Nampula, in Mozambique. The specific objectives were: To identify emergency management measures in the face of fires; Describe the basic procedures in emergency management in the face of fires in the Provincial Directorate of Culture and Tourism of Nampula, in Mozambique; To describe the impact of emergency management in the face of fires in the Provincial Directorate of Culture and Tourism of Nampula; Propose suggestive measures to improve emergency management in the face of fires. The methodological procedures of this work were based on the following types of research: qualitative, quantitative, descriptive, bibliographic and case study. Data were collected using an interview and a questionnaire that were aided by the observational technique. The study found that the level of emergency organization in the face of fires in public institutions is reasonable, as there are positive aspects within them, such as the existence of fire extinguishers, aeration of offices and also negative aspects such as lack of knowledge of emergency management by managers; lack of follow-up and monitoring of the deadlines established in the fire extinguishing devices; insufficiency of emergency exits; lack of signage for emergency exits; lack of evacuation alarm; lack of basic knowledge about the use of emergency equipment by the employees of the same institution.

Keywords: Emergency; Fires; Public organizations.

Resumen

El presente trabajo tuvo como objetivo general analizar las medidas de organización de la emergencia ante incendios que puedan ocurrir en Instituciones Públicas - Dirección Provincial de Cultura y Turismo de Nampula, en Mozambique. Los objetivos específicos fueron: Identificar medidas de manejo de emergencias ante incendios; Describir los procedimientos básicos en la gestión de emergencias ante incendios en la Dirección Provincial de Cultura y Turismo de Nampula, en Mozambique; Describir el impacto de la gestión de emergencias ante incendios en la Dirección Provincial de Cultura y Turismo de Nampula; Proponer medidas sugerentes para mejorar la gestión de emergencias ante incendios. Los procedimientos metodológicos de este trabajo se basaron en los siguientes tipos de investigación: cualitativa, cuantitativa, descriptiva, bibliográfica y de estudio de caso. Los datos fueron recolectados mediante una entrevista y un cuestionario que fueron auxiliados por la técnica observacional. El estudio encontró que el nivel de organización de la emergencia ante incendios en las instituciones públicas es razonable, ya que existen aspectos positivos dentro de las mismas, como la existencia de extintores, aireación de las oficinas y también aspectos negativos como el desconocimiento de la emergencia. gestión por gerentes; falta de seguimiento y vigilancia de los plazos establecidos en los dispositivos de extinción de incendios; insuficiencia de salidas de emergencia; falta de señalización de salidas de emergencia; falta de alarma de evacuación; falta de conocimientos básicos sobre el uso de equipos de emergencia por parte de los empleados de la misma institución.

Palabras clave: Emergencia; Incendios; Organismos públicos.

1. Introdução

A prevenção dos acidentes é a melhor forma de reduzir as possibilidades de ocorrência dos mesmos em locais de trabalho. Para o caso de incêndios, a prevenção consiste na adopção de um conjunto de medidas de protecção e previsão de modo a garantir que a segurança física das pessoas não possa ser colocada em risco.

Assim, é em torno deste contexto que se definiu o tema deste trabalho, que é: **Organização de Emergência nas Instituições Públicas: Caso de Incêndios na Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Nampula (2013 - 2016).**

A escolha da organização de emergência ligada aos incêndios como objecto deste trabalho, deu-se pelo facto do incêndio constituir um dos acidentes que durante a sua ocorrência provoca agitação total das pessoas, o que faz com que nesse momento, as medidas de segurança para o atendimento destas situações tornam-se mais importantes, requerendo desta forma, maior preparação de uma equipa para responder localmente uma situação de emergência, enquanto se aguarda a chegada do corpo de salvação pública, entidade vocacionada para o efeito.

Assim, a relevância deste estudo dá-se pelo facto do sucesso de um local de trabalho depender do conforto dos funcionários. No entanto, o conforto e segurança passam por medidas de prevenção de situações de emergência instaladas no local de trabalho. Nessa perspectiva, a melhoria da produtividade e da competitividade dos funcionários no local de trabalho, passa necessariamente, por uma intervenção através da melhoria das condições de protecção aos acidentes e combate das situações de emergência. Este trabalho mostra a razão primordial da escolha do tema, numa altura em que se verifica por um lado, o uso de equipamentos eléctricos nas instituições públicas, face do fenómeno globalização que impõe cada vez mais aderência de meios tecnológicos para o funcionamento pleno e eficaz das mesmas e por outro lado, muitos casos de incêndios que ocorrem nos locais de trabalho são provocados maioritariamente por circuitos eléctricos e entre outros factores que proporcionam ocorrência de emergência de incêndios. Assim, diante deste estudo, pretende-se que haja a melhoria dos locais públicos em relação a previsão dos riscos advindos dos acidentes causados por incêndios. Nesta perspectiva, o presente trabalho teve como objectivo de analisar as medidas de organização de emergência face aos incêndios que possam vir ocorrer nas Instituições Públicas - Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Nampula, em Moçambique.

2. Referencial Teórico

2.1 Emergência

Ocorrência de qualquer manifestação de perigo, sobre a qual o Homem perde o controlo. Toda a emergência pode ser considerada como uma ocorrência anormal (Cardella, 1999). Pode, no entanto, ser abordada numa perspectiva mais

abrangente, por exemplo de acordo com o Glossário de Protecção Civil (ANPC, 2009), que define emergência como “um acontecimento inesperado que coloca a vida e/ou a propriedade em perigo e exige uma resposta imediata através dos recursos e procedimentos de rotina da comunidade”.

Para Meireles (2011, p. 24), a emergência é: um acontecimento não planeado, passível de causar mortes e danos significativos em pessoas e bens, torna-se indispensável a existência de mecanismos que os salvaguardem. Com uma resposta à emergência, pretende-se prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave, catástrofe ou calamidade, de origem natural, tecnológica ou social e de atenuar os seus efeitos. Esta necessidade remete-nos para a protecção civil, indispensável para compreender de que forma e como se iniciou a resposta à emergência.

Assim, emergência pode ser definida como uma situação crítica que representa perigo à vida, ao meio ambiente e ao património, causada por factores humanos ou naturais, obrigando uma rápida intervenção operacional.

Quanto ao tipo, as emergências podem ser divididas em dois grupos sendo: Emergência Parcial e Total. A Emergência Parcial é aquela que “ocorre quando se verifica uma situação de emergência num local restrito, que possa ser controlada, sem afectar as unidades contíguas. Neste caso a situação pode ser controlada utilizando os meios materiais e humanos” (Baptista, 2009, p. 20).

A situação de emergência parcial verifica-se quando:

- Ocorre um acidente grave que possa ser dominado com os meios materiais e humanos internos;
- Obrigue à evacuação parcial das instalações.

A emergência total verifica-se quando “a situação pode alastrar, ultrapassando os limites da instalação” (BAPTISTA, 2009, p. 20). Esta situação verifica-se sempre que:

- Exista um risco potencial de incêndio com proporções imprevisíveis;
- Ocorra um acidente grave que ponha em risco pessoas e bens;
- Obrigue à evacuação total das instalações e/ou ponha em risco os meios urbanos vizinhos;
- Sejam necessários meios de auxílio exteriores.

2.2 Incêndio

Do latim *incendium*, é o fogo de grandes proporções que destrói aquilo que não estava destinado a ser queimado. O surgimento de um incêndio implica a ocorrência de fogo fora de controlo, com risco para os seres vivos, os edifícios e qualquer estrutura. Por outra, define-se incêndio como sendo o fogo disseminando-se de forma descontrolada no tempo e no espaço (ISO 8421-1 apud Brasil, 2014), causando danos e prejuízos à vida, ao património e ao meio ambiente. Assim, fogo é a oxidação rápida, autosustentada por meio de uma reacção exotérmica de uma substância combustível com um oxidante, acompanhada de emissão de intensidade variada de calor, luz e fumaça (Coté *et al*, 2002).

Para que o fogo exista, é necessária a presença simultânea de quatro elementos: combustível, comburente (normalmente o oxigénio), calor e reacção em cadeia.

De acordo com o Manual de Prevenção de Combate a Incêndios (s/d), as causas de um incêndio são as mais diversas: descargas eléctricas, atmosféricas, sobrecarga nas instalações eléctricas dos edifícios, falham humanas (por descuido, desconhecimento ou irresponsabilidade) etc. Assim, a protecção contra incêndio deve ser entendida como o conjunto de medidas para a detecção e controle do crescimento do incêndio e sua consequente contenção ou extinção. O plano de

emergência contra incêndio é estabelecido em função dos riscos que o estabelecimento contém, para definir a melhor utilização dos recursos materiais e humanos em situação de emergência (Lugon, 2012).

Segundo Guilherme (2007) as prioridades que são seguidas em uma situação de emergência de incêndios são:

- A vida das pessoas;
- A segurança e o bem-estar público, dos colaboradores e das instalações;
- Proteger o meio ambiente;
- Cumprir todas as leis e normas vigentes;
- A continuidade das operações;
- Proteger a Reputação e a Imagem da empresa.

2.3 Classificação dos incêndios

2.3.1 Classificação dos incêndios quanto as classes

Parece que na maioria dos locais de aglomeração de pessoas e bens, uma das emergências que mais se espera acontecer é o incêndio. falando de incêndio, existem 4 classes que devem ser consideradas em casos de sua ocorrência. daí que, o manual a seguir, faz referência para fazer perceber os tipos de fogos e a suas formas de extinção. de acordo com manual apostila (2008,p.14), destaca as classes de incêndio seguintes:

Classe A: São incêndios que envolvem combustíveis sólidos comuns (geralmente de natureza orgânica), e ainda, tem como características queimar em razão do seu volume (queimam em superfície e profundidade) e deixar resíduos fibrosos (cinzas).

Classe B: São incêndios envolvendo líquidos inflamáveis, graxas e gases combustíveis. É caracterizado por não deixar resíduos e queimar apenas na superfície exposta (queimam só em superfície).

Classe C: Qualquer incêndio envolvendo combustíveis energizados. Alguns combustíveis energizados (aqueles que não possuem algum tipo de armazenador de energia) podem se tornar classe A ou B, se for desligado da rede elétrica.

Classe D: Incêndios resultantes da combustão de metais, são ainda caracterizados pela queima em altas temperaturas e reagirem com alguns agentes extintores (principalmente a água).

2.3.2 Medidas usadas para o combate as possíveis situações de emergência

Segundo Brasil (2014), as medidas usadas para o combate as possíveis situações de emergência são:

Acesso de viaturas à edificação

Recomenda-se que todo Estabelecimento tenha pelo menos uma de suas fachadas com acesso directo, livre e desimpedido reservado aos veículos de resgate do Corpo de Bombeiros, através de uma faixa de estacionamento dedicada, localizada a menos de 8,00 m da projecção da edificação. Essa faixa de estacionamento, paralela a uma fachada acessível, deve ser alcançada preferencialmente através da via pública ou ainda através de pelo menos uma via de acesso de emergência.

Segurança estrutural contra incêndio

A integridade estrutural da edificação deve ser garantida, no mínimo, pelo tempo necessário para realocar, movimentar no mesmo pavimento ou evacuar os ocupantes que não são imediatamente ameaçados pelo desenvolvimento do incêndio (Coté, et al., 2009).

2.3.3 Controle de materiais de acabamento e revestimento

A falta de controlo adequado do potencial de inflamabilidade e emissão de gases dos materiais de acabamento e revestimento empregado na construção de edificações e especialmente os aplicados na decoração de interiores dessas pode contribuir em muito para majorar de forma catastrófica as consequências de um princípio de incêndio.

Sinalização de emergência

Recomenda-se que todo estabelecimento ou edifício organizacional, independentemente de sua área e/ou altura, possua um sistema de sinalização de emergência adequado. Há de se ter em consideração, que grande parte dos usuários do estabelecimento não se encontra familiarizada com a edificação, com seus equipamentos de segurança e com suas saídas.

Rotas de fuga e saídas de emergência

As características dos ocupantes de uma edificação são factores importantes para avaliar os critérios de definição das saídas de emergência (Coté, *et al.*, 2009). As saídas de emergência têm como principal objectivo permitir que os ocupante abandonem de forma organizada a edificação em caso de incêndio e/ou pânico, resguardando sua integridade física, ao mesmo tempo em que permite o acesso de guarnições dos bombeiros.

Iluminação de emergência

Deve ser levada em conta a possível penetração de fumaça nas vias de abandono. De forma geral, a iluminação de aclaramento deve ser implementada em todos os locais que proporcionam circulação vertical ou horizontal de saída para o exterior da edificação, ou seja, nas rotas de fuga.

Alarme de incêndio

O sistema de alarme de incêndio é uma das principais medidas de protecção activa de qualquer edificação, tendo como finalidade propiciar meio confiável de alertar os ocupantes sobre uma situação de sinistro com risco iminente. O alarme, quando de um sinistro confirmado, possibilita uma melhor organização dos indivíduos viabilizando a evasão mais calma e segura.

Extintores

Os extintores portáteis para combate a incêndios são especificados em função do agente extintor empregado (e respectiva “classe” de fogo) e de sua capacidade extintora, ou seja, o tamanho do fogo (padronizado) que consegue combater.

Brigada de incêndio

A Brigada de Incêndio é um grupo organizado de pessoas voluntárias ou não adequadamente treinadas e capacitadas para actuar de forma eficaz com o suporte dos recursos necessários, na prevenção, abandono e combate a um “princípio” de incêndio e se necessário prestar os primeiros socorros, dentro de uma área limitada preestabelecida.

2.3.4 Plano de emergência contra incêndio

Como parte importante dos processos de acreditação dos serviços em saúde, o Plano de Emergência Contra Incêndio (PECI), tem por objectivo proteger a vida dos ocupantes dos estabelecimentos, proteger o património e reduzir as consequências sociais de um eventual sinistro, bem como minimizar os danos ao meio ambiente. Recomenda-se que acções descritas no Plano de Emergência Contra Incêndio estejam intimamente alinhadas com as medidas constantes no Plano de Contingências no sentido de preservar a continuidade das operações fundamentais.

2.3.5 Impacto dos procedimentos básicos de emergência em caso de incêndio

Segundo a NPT (16/2012), os procedimentos básicos de emergência em caso de incêndio devem contemplar os seguintes aspectos:

- Alerta;
- Análise da situação;
- Apoio externo;
- Primeiros socorros;
- Eliminar os riscos;
- Abandono de área;
- Isolamento da área;
- Confinamento do incêndio;
- Combate ao incêndio;
- Investigação.

Para além destes procedimentos, Reuniões periódicas devem ser realizadas com o coordenador geral, chefes, um representante dos brigadistas profissionais (se houver) e um representante do grupo de apoio, registando em acta e enviar cópias para às áreas competentes, devendo ser discutidos os itens como: calendário dos exercícios de abandono, funções de cada membro dentro do plano de emergência, condições dos equipamentos de combate a incêndio, apresentação dos problemas relacionados à prevenção de incêndios, apresentando propostas correctivas, actualização de técnicas e táticas de combate a incêndio e outros assuntos que tiverem pertinência ao assunto (NPT 016, 2012).

Quanto ao impacto destes procedimentos, SMPC-CML (2001) destaca que estes chegam a contribuir na:

- **Prevenção:** Actuação no sentido de evitar os impactos adversos de perigos ou desastres, através de medidas concretas e assumidas antecipadamente procura-se evitar consequências negativas, são exemplo os diques para conterem águas de cheias ou a legislação que regulamenta o uso do solo, não permitindo a construção de casas ou indústrias em zonas sensíveis; medidas vocacionadas para desastres que não chegam a ocorrer;
- **Mitigação:** Diminuição ou limitação dos impactos adversos de perigos ou desastres, quando não é possível controlar ou evitar a ocorrência destes, uma acção no sentido de diminuir a sua severidade pode ser uma opção sustentável e exequível; as medidas vão também desde acções de informação, sensibilização e formação das populações; códigos e normas de construção, regulamento do uso dos solos e incentivos (positivos e negativos) em matéria de segurança (são consideradas medidas de mitigação as medidas e acções);
- **Preparação:** Adequação das medidas tomadas previamente, para assegurar que as comunidades, grupos e indivíduos estejam prontos a reagir, tais como Planos de Emergência, protocolos de ajuda mútua, inventários de recursos, treinos e exercícios, e sistemas de comunicação de emergência;
- **Resposta:** Tomada imediata de medidas após o desastre, por um tempo limitado, direccionadas primariamente para salvar vidas, tratar das vítimas e prevenir situações recorrentes, que possam aumentar danos e perdas. Inclui a activação do Plano de Resposta, accionamento dos Centros de Operações de Emergência (COE), mobilização de meios e recursos, estabelecimento de avisos, alertas e directivas e prestação de auxílios;
- **Recuperação e reabilitação:** Adopção de medidas para o restabelecimento e recuperação das condições normais do funcionamento social. Têm início ainda dentro das operações de resposta, logo que as actividades críticas de resposta o permitam, e seja possível assegurar os recursos para iniciar as acções de recuperação. Estas medidas poderão estender-se por anos, podendo e devendo incluir acções de restauro, reconstrução, reabilitação, programas de

assistência financeira, apoio social e psicológico, alojamento temporário ou assistência técnico-financeira para realojamento, programas de saúde e segurança, e estudos de impacto económico, social e ambiental.

Na opinião de Cruz (2009), ainda pode-se notar outros impactos dos procedimentos básicos de emergência em caso de incêndio que são:

- Obter a máxima rentabilidade e eficácia no emprego dos meios disponíveis, evitando eventuais duplicações ou sobreposições, eliminando as carências evitáveis;
- Coordenar e sistematizar as acções do pessoal de socorro, e aumentar a rapidez e eficácia na intervenção, com vista a melhorar o aproveitamento das capacidades de cada órgão interveniente, especialmente, à medida que novas forças de intervenção vão afluindo ao local de acidente;
- Eliminar ou reduzir as situações de confusão e pânico;
- Servir de base à execução periódica de exercícios e treinos, quer dos órgãos intervenientes, quer das populações em risco, com a finalidade de obter uma actuação eficaz, calma e ordeira, em caso real;

Orientar e informar a população, com vista, a dar a medida exacta do acidente, e a orientar a solidariedade desencadeada pela emergência

3. Metodologia

O estudo foi realizado com base nas fundamentações metodológicas dos autores Koche (2011), Ludke & Andre (2013), Yin (2015), Estrela (2018), Pereira et al. (2018), Banga et al. (2021) e Máquina et al. (2021) e as metodologias usadas neste trabalho foram classificadas mediante a abordagem, objectivos e procedimentos, conforme se seguem:

a) Quanto a abordagem

A pesquisa realizada foi mista. Na visão de Silva & Menezes, (2001, p. 20), requer uso de métodos e técnicas estatísticos e descritivos. O ambiente natural é a fonte directa para a colecta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. Os pesquisadores tendem a analisar os seus dados indutivamente.

Trata-se de uma pesquisa mista, isto é, qualitativa e quantitativa pois esta trata de ocorrência de um fenómeno que pode ser quantificado através de dados estatísticos, seguido de uma descrição dos tais dados estatísticos, neste caso a importância de Higiene e Segurança no Trabalho (HST).

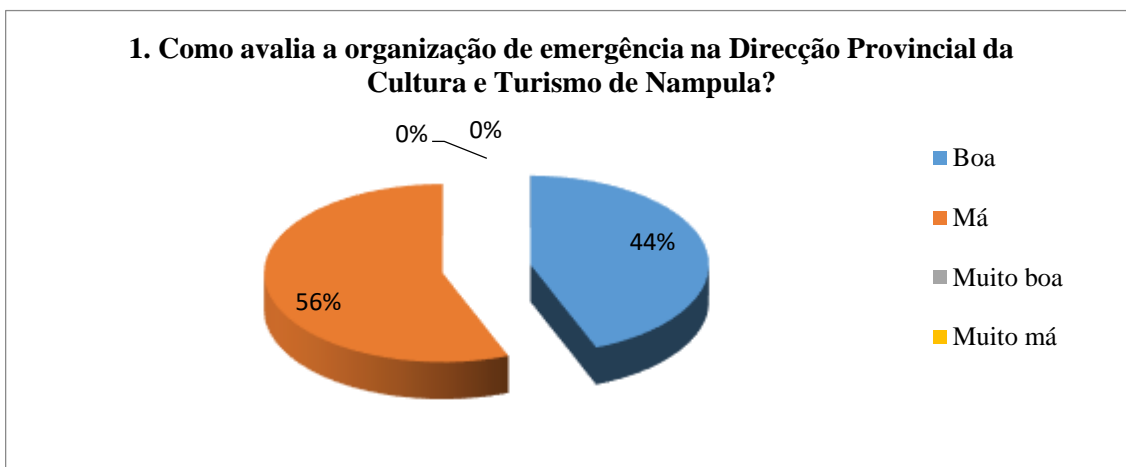
b) Quanto aos objectivos

No que concerne ao tipo de pesquisa recorreu-se a pesquisa descritiva. Em fim, os procedimentos metodológicos deste trabalho, basearam-se nos seguintes tipos de pesquisa: qualitativa, quantitativa, descritiva, bibliográfica e estudo de caso. Os instrumentos de colecta de dados usados foram: entrevista e questionário que se auxiliaram da técnica observacional.

4. Resultados e Discussão

Falar da organização de emergência na Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Nampula é o mesmo que referir do modelo usado para atender situações de emergência para precaver a ocorrências de acidentes no ambiente de trabalho. Assim, para apurar os resultados em torno deste aspecto, elaborou-se a seguinte questão: *Como avalia a organização de emergência na Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Nampula?* O objectivo desta questão era de saber se a organização de emergência nesta instituição é **Boa**; **Má**; **Muito boa** ou **Muito má**. As respostas obtidas diante das escolhas da amostra deste trabalho, sobre a forma de organização de emergência na Direcção Provincial de Cultura e Turismo de Nampula, estão representadas no Gráfico 1.

Gráfico 1: Organização de emergência na Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Nampula.



Fonte: Autores.

Assim, pode-se notar que dos 16 inqueridos que fizeram parte da amostra deste trabalho, 7 dos quais, que representam a minoria na ordem de 44% escolheram a opção de resposta “Boa” e 9 que representam a maioria na ordem de 56% escolheram a opção “Má”. Esta disparidade de respostas deveu-se ao facto de entre os funcionários existirem opções diferentes no que tange a organização de emergência desta instituição. Portanto, a justificativa dos que escolheram a opção “Boa” fundamenta que nesta instituição existem extintores de incêndios. A Figura 1 seguinte, ilustra tipos de extintores avaliados.

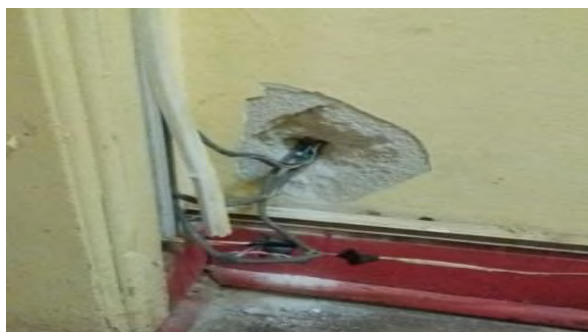
Figura 1: Extintores de incêndio



Fonte: Autores.

Para os que escolheram a opção de resposta “Má”, justificam pelo facto de se verificar no seio desta instituição os seguintes aspectos que consideram indispensáveis no processo de organização de emergências: falta de conhecimentos sobre a gestão de emergência por parte dos gestores, falta de sinalização de saídas de emergências; falta de saídas de emergência, falta de alarme de evacuação; falta de conhecimentos básicos sobre o uso dos equipamentos de emergência; mau estado do material inflamável, falta de capacitação para o uso de equipamentos de emergência; mau estado da instalação da rede eléctrica, como mostra a Figura 2.

Figura 2: Estado da instalação eléctrica

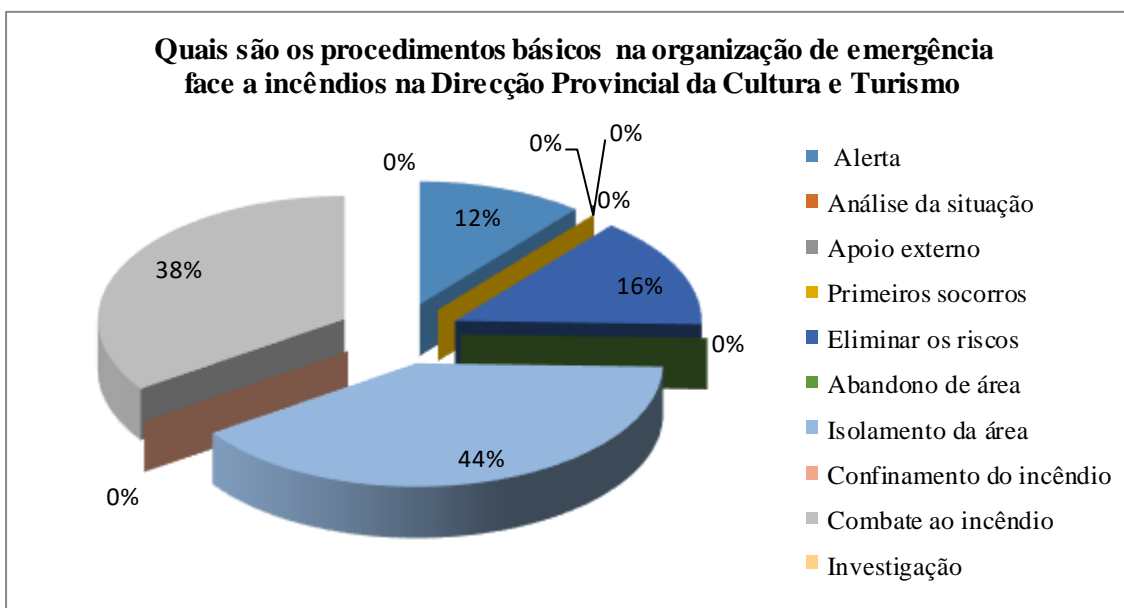


Fonte: Autores.

4.1 Procedimentos básicos na organização de emergência face aos incêndios nas instituições públicas: Direcção provincial da cultura e turismo de Nampula

No caso de incêndios, considera-se como procedimentos básicos de organização de emergência, todo o conjunto de etapas de protecção ou garantia de segurança do público envolvido no sinistro. Assim, a questão que foi elaborada para apurar os resultados em torno deste aspecto, foi a seguinte: *quais são os procedimentos básicos na organização de emergência face aos incêndios nas instituições pública na Direcção Provincial da Cultura e Turismo?* O objectivo desta questão era de saber se estes procedimentos consistem em: alerta; análise da situação; apoio externo; primeiros socorros; eliminar os riscos; abandono de área; isolamento da área; confinamento do incêndio; combate ao incêndio ou investigação. As respostas obtidas, sobre esta questão estão representadas no Gráfico 2.

Gráfico 2: Os procedimentos básicos na organização de emergência face a incêndios nas instituições públicas. Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Nampula.



Fonte: Autores

Na base destes dados percentuais que demonstram que 2 dos inqueridos, na ordem de 12% escolheram a opção “Alerta”; 1 na ordem de 6% escolheu a opção “Eliminar os riscos”; 7 na ordem de 44% escolheu a opção “Isolamento da área” e os restantes 6 na ordem de 38% escolheram a opção “Combate ao incêndio”.

Sendo assim, nota-se que nesta instituição os procedimentos básicos na organização de emergência face aos incêndios enquadram-se nas seguintes acções: Alerta, Eliminar os riscos, Isolamento da área e Combate ao incêndio.

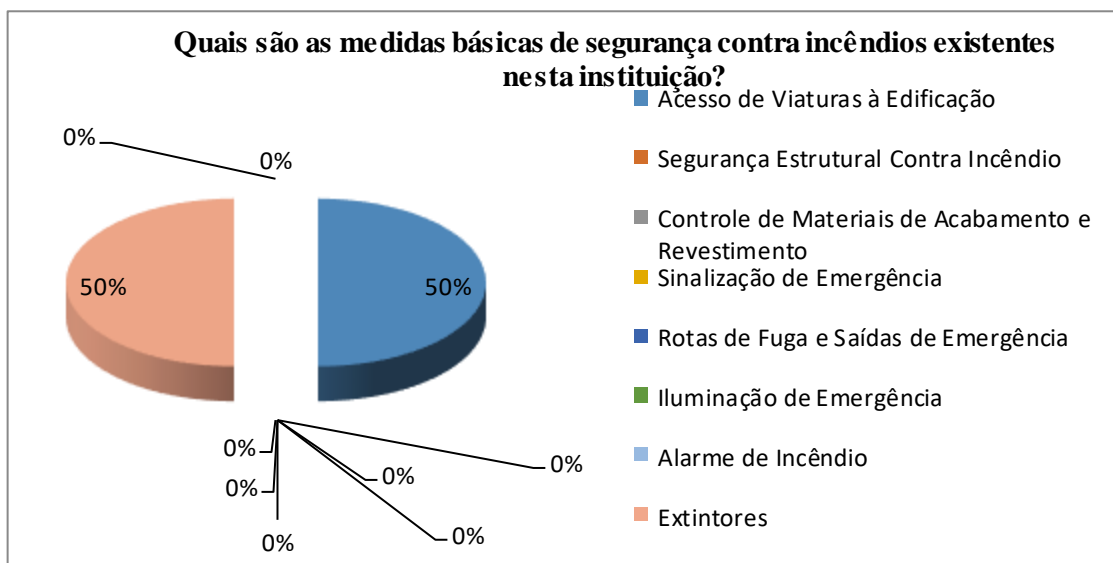
4.2 Medidas básicas de segurança contra incêndios existentes na direcção provincial da cultura e turismo

Medidas básicas de segurança contra incêndios são todo conjunto de acções ou materiais usados para precaver situações de incêndios de modo que não haja danos avultados ou descontrolados.

A questão que foi proposta para responder este item foi: *Quais são as medidas básicas de segurança contra incêndios existentes nesta instituição?*

Com esta questão, pretendia-se saber se as medidas básicas de segurança contra incêndios existentes na Direcção Provincial da Cultura e Turismo são: Acesso de Viaturas à Edificação; Segurança Estrutural Contra Incêndio; Controle de Materiais de Acabamento e Revestimento; Sinalização de Emergência; Rotas de Fuga e Saídas de Emergência; Iluminação de Emergência; Alarme de Incêndio; Extintores; Brigada de Incêndio ou Plano de Emergência Contra Incêndio. As respostas dadas diante desta questão, apontaram para as seguintes medidas ilustradas no Gráfico 3.

Gráfico 3: Medidas básicas de segurança contra incêndios existentes na Direcção Provincial da Cultura e Turismo



Fonte: Autores.

Diante desta representação, pode-se verificar que oito dos inqueridos na ordem de 50% escolheram a opção “Acesso de Viaturas à Edificação”; e os restantes oito na ordem de 50% escolheram a opção “Extintores”.

Assim, pode-se verificar que as medidas básicas de segurança contra incêndios existentes na Direcção Provincial da Cultura e Turismo são: Acesso de Viaturas à Edificação e Extintores.

A opção acesso a Acesso de Viaturas à Edificação foi escolhida pelo facto desta instituição estar localizada numa zona que permite a chegada de viaturas de grandes dimensões para extinguir as chamas em casos de ocorrência de incêndios.

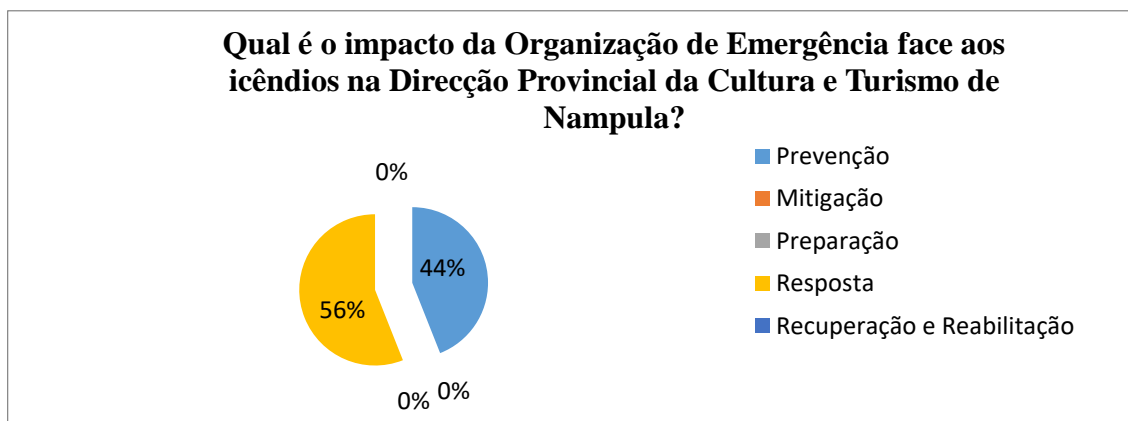
A opção extintores foi escolhida pelo facto da instituição possuir dois extintores à disposição dos funcionários ou utentes da mesma.

4.3 Impacto da organização de emergência face aos incêndios na Direcção provincial da cultura e turismo de Nampula

Todo processo de organização de emergência visa trazer resultados no combate aos acidentes. Para este trabalho que referencia o caso dos incêndios na Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Nampula, foi proposta a seguinte questão: *Qual é o impacto da Organização de Emergência face aos incêndios na Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Nampula?*

Com esta questão, pretendia-se avaliar se o impacto da organização de emergência face aos incêndios na Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Nampula incide na: Prevenção; Mitigação; Preparação; Resposta; Recuperação e Reabilitação. Os resultados A quantificação das respostas foi ilustrada no Gráfico 4.

Gráfico 4: O impacto da Organização de Emergência face aos incêndios na Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Nampula



Fonte: Autores

Com estas demonstrações pode-se verificar que 44% dos inqueridos escolheram a opção “Prevenção” e 56% dos inqueridos escolheram a opção “Resposta”.

Baseando-se nas medidas básicas de segurança contra incêndios existentes na Direcção Provincial da Cultura e Turismo, que são: Acesso de Viaturas à Edificação e existência de Extintores, estes inqueridos justificam a opção prevenção e resposta pelo facto destas medidas permitirem a organização de se prevenir de casos de incêndios e também dar uma resposta positiva em casos de ocorrência dos mesmos. Assim, a prevenção visa evitar a ocorrência de incêndios nesta instituição e a resposta visa garantir a segurança das pessoas e bens em casos de ocorrência de incêndios.

5. Considerações Finais

A situação de Higiene e Segurança no Trabalho e a organização de emergência, como está referenciado no princípio, vêm recebendo crescente destaque em todas as áreas da vida. Apesar deste crescimento, a situação de organização de emergência no local onde foi desenvolvido este estudo não é verificada na instituição pública onde foi epicentro deste estudo, pois durante o estudo, constatou-se ausência de documentos orientadores (regulamento, mapa de emergência, plano de medidas de prevenção e combate a situações de emergência) que regula ou explica os procedimentos a seguir em casos de uma situação de

emergência. Consequentemente, a instituição não possui saídas de emergência, mas também, das vias existentes não há sinalização de emergência.

Igualmente, a instituição não tem material básico de combate a situações de emergência e dos extintores que existem em número de dois, estes não são suficientes para responder as necessidades internas, dada a grandeza do edifício sede onde funcionam a direção, que por sinal não estão bem posicionados/localizados, segundo as normas de prevenção e combate a situações de emergência. Para além destas situações que demonstram uma deficiente organização de emergência, os funcionários clamam não terem conhecimentos básicos de prevenção e combate a situações de emergências, visto que nunca se beneficiaram de capacitações relacionadas a essa matéria.

Em casos de ocorrência de uma situação de emergência como incêndio por exemplo, segundo foi afirmado pelos funcionários, a instituição perderá toda informação que movimenta no seu dia-a-dia porque a mesma, é depositada nas pastas de arquivo, nos computadores, nos armários/cacifos correndo o risco de pegar o fogo a qualquer momento. Ainda nesta nota conclusiva, há que referir que pela estrutura dos edifício construído no tempo colonial e que até ao presente momento, serve de escritórios, apresentam divisões complexas, sem vias alternativas para além das vias de entrada, isto constitui uma ameaça em casos de necessidade de uma rápida evacuação de pessoas e bens que poderão se encontrar dentro destes edifícios.

Neste contexto, as instituições requerem uma intervenção das entidades competentes para realização de um estudo futuro, desenho de um plano de emergência, visando monitorar e aferir o nível de cumprimento das medidas de prevenção e minimização dos riscos aos incêndios.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela benção e dom de sabedoria, à minha família pelo carinho e coragem que sempre deram, ao dr. Lino Avelino Timóteo pelas suas valiosas contribuições neste trabalho e a Direção Provincial de Cultura de Turismo da Província de Nampula, pela disponibilização dos dados utilizados neste trabalho.

Referências

- ANPC. (2009). *Glossário de Protecção Civil*. In.: Autoridade Nacional de Protecção Civil. Unidade de Previsão de Riscos e Alerta.
- Banga, N. M., Máquina, C. M., Maria, E. da C. J., Nhongo, E. J. S. & Welengane, E. (2021). Tropical Cyclone Eloise in Mozambique: Application of the Theory of Protection Motivation and Extended Theory of Planned Behavior in the analysis of determining factors in the intention to prepare for the confrontation. *Research, Society and Development*, 10(15), e247101522592. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i15.22592>.
- Baptista, R. D. (2009). *Plano de Emergência Contra Incêndio de um Edifício*. Universidade do Porto: Porto.
- Barbosa, E. F. (2008). *Instrumentos de Colecta de Dados em Pesquisa*; SEE-MG/CEFET-MG; http://www.inf.ufsc.br/~verav/Ensino_2013_2/Instrumento_Coleta_Dados_Pesquisas_Educacionais.pdf.
- Boaventura, E. M. (2004). *Metodologia da Pesquisa*: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas.
- Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (2014). *Segurança contra Incêndios em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde / Agência Nacional de Vigilância Sanitária*. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- Cardella, B. (1999). *Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes*. Uma abordagem holística. In Atlas. São Paulo.
- CORPO DE BOMBEIROS. BM/7. NPT 016 (2012). *Plano de Emergência Contra Incêndio*. Vigência: Versão: 02. 15 páginas, Cascavel PR.
- Cruz, R. (2009). *Protocolos de Actuação em Caso de Emergência num Estabelecimento de Ensino do 1.º Ciclo*. In Mestrado em Engenharia de Segurança e Higiene Ocupacionais. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
- Estrela, C. (2018). *Metodologia Científica: Ciência, Ensino, Pesquisa*. Editora Artes Médicas.
- Fonseca, J. S. (1995). *Curso de estatística*. 5a edição, São Paulo.

Gil, A. C. (1999). *Metodologia do Ensino Superior*. 3ed. Editora Atlas, São Paulo.

Guilherme, L. (2007). *Plano de Acção de Emergência*. Pernambuco.

Koche, J. C. (2011). Fundamentos de metodologia científica. Petrópolis: Vozes. http://www.brunovivas.com/wp-content/uploads/sites/10/2018/07/K%C3%B6che-Jos%C3%A9-Carlos0D0AFundamentos-de-metodologia-cient%C3%ADfica-_teoria-da0D0Aci%C3%Aancia-e-inia%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-pesquisa.pdfhttps://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1.

Lakatos, E. M. & Marconi, M. de A..(2009) *Metodologia Científica*. 5ed, Editora Atlas, São Paulo.

Ludke, M. & Andre, M. E. D. A. (2013). *Pesquisas em educação: uma abordagem qualitativa*. São Paulo: E.P.U.

Lugon, A. P. (2012). *Curso de formação de bombeiro profissional civil*. Governo do Estado de Espírito Santo.

Manual apostila concurso (2008). *Manual de prevenção e combate a incêndio*, Rio de Janeiro.

Manual de prevenção de combate a incêndios (s/d). *Cartilha Orientativa*. Departamento e Controle do Uso de Imóveis – CONTRU

Máquina, C. M., Maria, E. da C. J., Nhongo, E. J. S. & Come, S. F. (2021). Social inequality as a vector of homicides in the

States of São Paulo, Brazil. *Research, Society and Development*, 10 (12), e176101220237. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20237>

Meireles, A. A. F.(2011). *Aplicação de Protocolos de Actuação em Caso de Emergência em Estabelecimentos Prestadores de Cuidados de Saúde*. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Pereira A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, FJ. & Shitsuka, R (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [free e-book]. Santa Maria/RS. Ed. UAB/NTE/UFSM.

Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico e técnicas da pesquisa e do trabalho académico*. – 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale.

Rosa, M. V. F. P. & Arnoldi, M. A. G. C. (2006). *Entrevista na pesquisa qualitativa. Mecanismo para validação dos resultados*. Belo Horizonte: Autentica.

Silva, E. L. & Menezes, E. M.. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. 3a edição revisada e actualizada, Florianópolis, 2001.

SMPC-CML. (2001). In C.M.D.L. Serviço Municipal de Protecção Civil. Protecção Civil. Lisboa.

Yin, R. K. (2015). *O estudo de caso*. Porto Alegre: Bookman.